

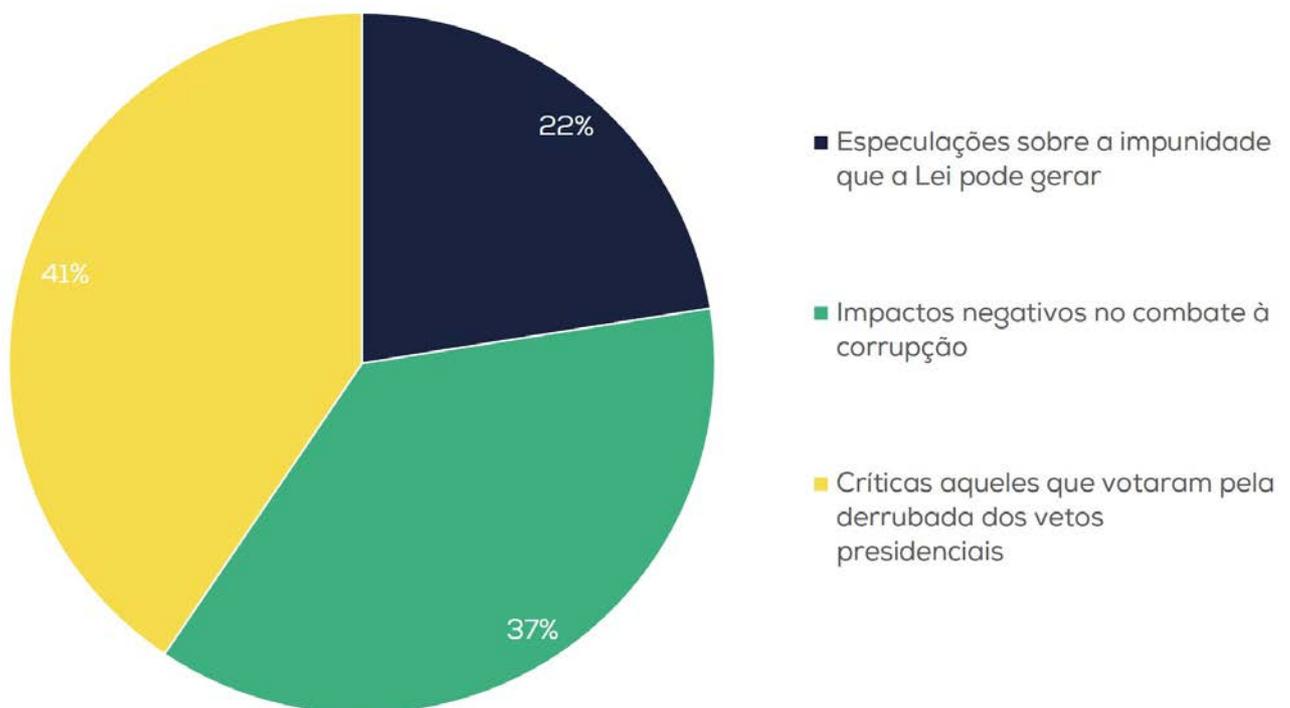
Promotores e juízes reclamam nas redes contra Lei de Abuso de Autoridade

Citação ao caso Ágatha cai de 300 mil tuítes para cerca de 24 mil. Excludente de ilicitude e nomeação de Aras também ocuparam a web. Lei de Abuso de Autoridade faz crescer percentual de ações coordenadas nas Redes Sociais

A semana nas redes sociais foi marcada por discussões sobre importantes temas da política institucional com reflexos potenciais para os campos da segurança pública e justiça, inclusive havendo tentativas de influenciar tais decisões. O tema com mais engajamento no Twitter foi a Lei de Abuso de Autoridade, tendo produzido movimentação de políticos e organizações na rede social. A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) convocou um *twittaço* na terça-feira (24/9), às 15h, impulsionando a *hashtag* #EuApoioManutençãoDosVetos. Diversos procuradores da república participaram com postagens, que também foram compartilhadas pelo perfil da ANPR na rede social. Além disso, a Associação produziu uma série de imagens com posicionamentos contrários à Lei de Abuso de Autoridade, que foram publicadas ao longo do dia. A Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE) também participou da campanha, em apoio à ANPR.

Parlamentares também se manifestaram. A deputada Carla Zambelli (PSL-SP) convidou seus seguidores a compartilhar a *hashtag*, porém não fez nenhuma menção à ANPR. A deputada federal Caroline De Toni (PSL-SC) e a senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) realizaram postagens contrárias à Lei de Abuso de Autoridade. O argumento geral apresentado é que esta Lei coloca em risco os avanços obtidos pelo Brasil no combate à corrupção e a capacidade de investigação de órgãos como os Ministérios Públicos estaduais e Federal. No total, a Lei de Abuso de Autoridade teve mais de 200 mil menções na semana, muito acima dos demais temas analisados pelo *Fonte Segura*. Contudo, ainda na terça-feira, o Congresso rejeitou parte dos vetos do presidente Jair Bolsonaro a esta Lei.

Tweets sobre a Lei de Abuso de Autoridade



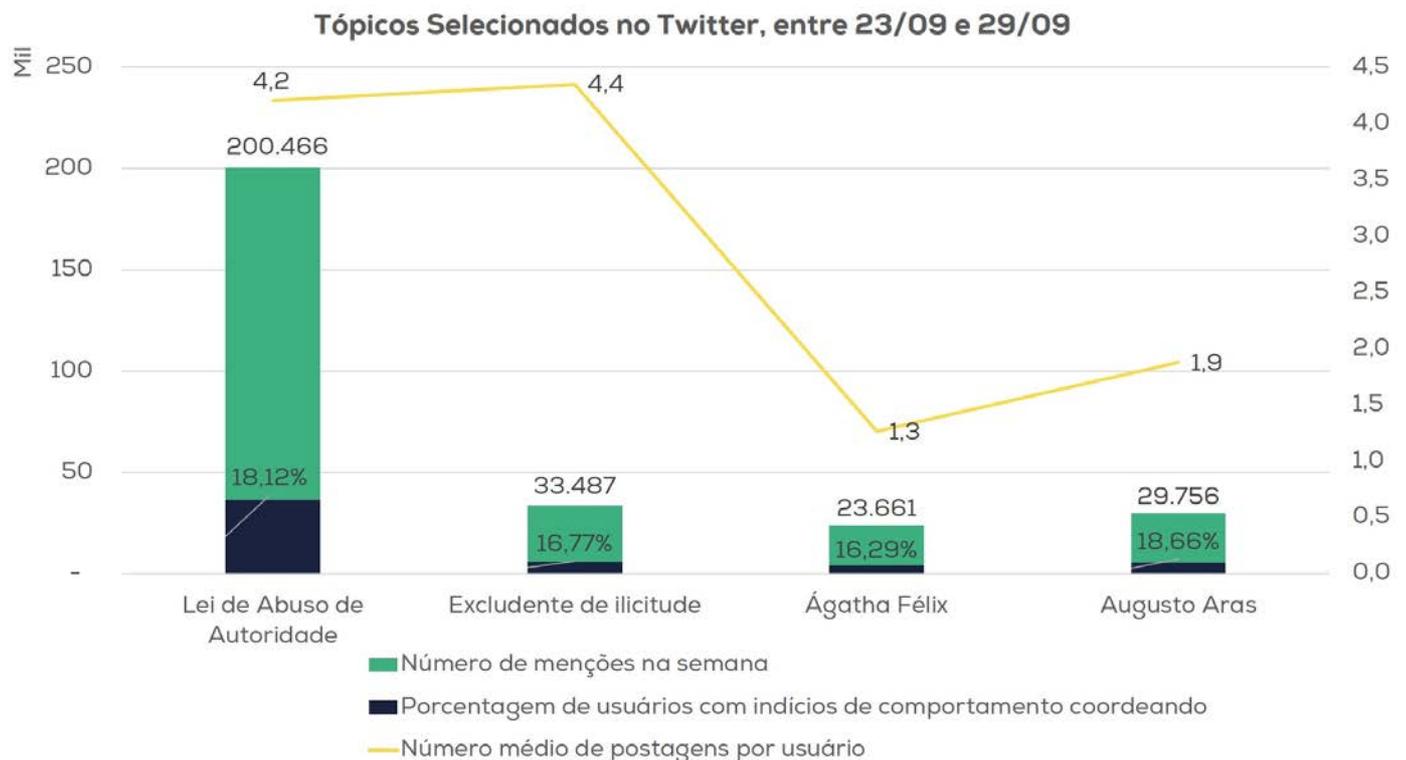
Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados da API oficial do Twitter, utilizando Structural Topic Modelling.

Neste contexto, a análise das manifestações à Lei de Abuso de Autoridade no Twitter evidenciou que a maior parte dos usuários se posicionou favoravelmente à manutenção dos vetos do presidente Bolsonaro. 41% das mensagens continham críticas aos parlamentares que votaram pela derrubada dos vetos presidenciais. Na visão deste grupo, as principais preocupações são os possíveis impactos negativos sobre o combate à corrupção e à impunidade que a Lei pode gerar. Estes dois temas representam 37% e 22% dos *tweets* sobre a Lei de Abuso de Autoridade, respectivamente. Também chama a atenção que, proporcionalmente, as

manifestações sobre a Lei de Abuso de Autoridade apresentaram um percentual de mais de 18% de ações coordenadas, revelando articulação e esforço para o engajamento em torno desta pauta.

A rejeição da ampliação do excludente de ilicitude no Grupo de Trabalho que analisa o Pacote “Anticrime” na Câmara dos Deputados foi comemorada no Twitter por grupos e parlamentares da oposição ao governo, totalizando 33.487 menções. Parlamentares como Marcelo Freixo, Sâmia Bomfim, Talíria Petrone e Ivan Valente do PSOL, e, Paulo Teixeira e Paulo Pimenta, do PT, postaram mensagens argumentando que esta rejeição representa mais uma derrota do ministro Sergio Moro e do presidente Jair Bolsonaro no Congresso.

A sabatina de Augusto Aras no Senado, para a aprovação de sua indicação ao cargo de Procurador Geral da República, não gerou grande engajamento no Twitter, tendo registrado 29.756 menções. Porém, nesse contexto, o convite de Aras para que o procurador Ailton Benedito assumira a Secretaria de Direitos Humanos da Procuradoria Geral da República (PGR) foi comemorado por usuários nas redes de apoio ao governo. Este procurador da República é reconhecido por seus posicionamentos conservadores sendo muito ativo no Twitter, onde conta com 87,6 mil seguidores. Ao confirmar o aceite ao cargo, na sexta-feira (27/9), Benedito escreveu na rede social: “Balizas fundamentais: direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à propriedade, à segurança. Artigo 5º da Constituição”.



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados da API oficial do Twitter e da aplicação Tweetbotnotot.

Durante a semana, o caso de Ágatha ainda repercutiu nas redes, porém, com menos intensidade do que na semana anterior. O caso alcançou 23.661 menções, principalmente a partir do compartilhamento de notícias sobre as investigações e consequências políticas da morte da menina.

<https://backup.forumseguranca.org.br/o-que-dizem-as-redes1/template-1-o-que-dizem-as-redes-sociais-pmj22-sun5z-gqchz-v8y4p-i4up2-84qb5-pztii-xg2sv>

